

CALIL SIMÃO

Doutoramento em Direito pela Universidade de Coimbra (PhD-ABD/PT)

Mestre em Direito Constitucional

Professor-membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC)

Membro efetivo da Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP

Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Direito Educacional (PUC/SP)

Presidente do Instituto Brasileiro de Combate à Corrupção (IBCC)

Advogado especialista em ações coletivas e Consultor Jurídico

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

TEORIA E PRÁTICA

4ª EDIÇÃO



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Improbidade Administrativa - Teoria e Prática - 4ª Edição

© Calil Simão

J. H. MIZUNO 2019

Revisão:

Douglas Dias Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S588i Simão, Calil.
Improbidade administrativa: teoria e prática / Simão Calil. – 4. ed. – Leme (SP): JH Mizuno, 2019.
1070 p. : 17 x 24 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7789-441-3

1. Crime contra a administração pública – Brasil. 2. Direito administrativo – Brasil. 3. Improbidade administrativa – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD 345.8102323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à
JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br
e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À PARTE I: OS ATOS	29
INTRODUÇÃO À PARTE II: A AÇÃO	31
INTRODUÇÃO À PARTE III: AS SANÇÕES	33

PARTE I: OS ATOS

CAPÍTULO I	
Teoria da corrupção	37
1. Do poder.....	37
2. Da corrupção.....	38
2.1. Corrupção social.....	39
2.2. Corrupção do Estado.....	40
2.3. Agentes da corrupção.....	41
2.4. Algumas formas de corrupção.....	42
2.5. Fatores que favorecem a corrupção.....	43
2.6. Combate à corrupção.....	44
CAPÍTULO II	
Da improbidade e suas congêneres	47
3. Improbidade/corrupção/desonestidade.....	47
4. Improbidade no setor privado.....	47
4.1. Improbidade trabalhista.....	47
4.2. Improbidade civil.....	48
4.3. Improbidade comercial.....	48
5. Improbidade no setor público.....	48
5.1. Improbidade eleitoral.....	49
5.2. Improbidade política ou político-administrativa.....	49

5.3. Improbidade administrativa	50
5.3.1. Desonestidade e Deslealdade	51
5.3.1.1. Deslealdade e quebra dos deveres funcionais: atos praticados em razão da função e do limite de aplicação da lei de improbidade administrativa	55
5.3.1.2. Sujeições do servidor público dentro e fora do serviço	57
5.3.2. Evolução do combate à improbidade administrativa.....	60
5.3.2.1. Constituições de 1824-1969	60
5.3.2.2. Decreto-Lei nº 3.240/41	64
5.3.2.3. Lei nº 3.164/57 (Lei Pitombo-Godói Ilha).....	65
5.3.2.4. Lei nº 3.502/58 (Lei Bilac Pinto).....	66
5.3.2.5. Lei nº 4.717/65 (Lei da Ação Popular)	68
5.3.2.6. Convenções	70
5.3.2.6.1. Convenção Interamericana contra a Corrupção.....	70
5.3.2.6.2. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.....	73
5.3.2.6.3. Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais	75
5.3.2.7. Da responsabilidade prevista na Constituição de 1988: uma análise do § 4º do art. 37	77
5.3.2.7.1. Objeto da responsabilidade e suas limitações	78
5.3.2.7.2. Regime jurídico punitivo dos atos de improbidade administrativa.....	80
5.3.2.7.3. Natureza da responsabilidade	82
5.3.2.7.4. Competência legislativa em matéria de improbidade administrativa.....	85
5.3.2.7.5. Da forma como a responsabilidade deve ser buscada.....	88
5.3.2.7.6. Dos limites quanto aos sujeitos do ato ímprobo e quanto ao bem jurídico protegido	89
5.3.2.7.7. Classificação da norma constitucional quanto a sua eficácia.....	91
5.3.2.7.8. Requisitos para configuração do ato de improbidade administrativa	93
5.3.2.7.8.1. Presença de agente público.....	93
5.3.2.7.8.1.1. Improbidade administrativa como infração própria	94
5.3.2.7.8.2. Elemento subjetivo do agente	95
5.3.2.7.8.2.1. A negligência é um tipo especial de punibilidade.....	100
5.3.2.7.8.3. Ato ilícito: infração grave	101
5.3.2.7.8.3.1. Formas de conduta ilícita	102
5.3.2.7.8.3.1.1. Improbidade administrativa e simples ato ilícito: a necessidade de tipicidade da conduta	103
5.3.2.7.8.3.1.2. Os tipos primários incompletos e os atos de improbidade administrativa.....	105
5.3.2.7.8.3.1.3. Desnecessidade de ato danoso para configuração do ato de improbidade administrativa.....	107
5.3.2.7.8.3.2. Tentativa	108

5.3.2.7.8.4. Ato contra patrimônio público ou contra patrimônio particular de posse do poder público.....	112
5.3.2.7.8.5. Nexo Causal: Relação jurídica administrativa.....	114
5.3.2.8. Lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção).....	115
5.3.2.8.1. Objeto de regulamentação.....	121
5.3.2.8.2. Sujeitos sancionados.....	122
5.3.2.8.3. Responsabilidades.....	122
5.3.2.8.4. Administração Pública e agente público estrangeiros.....	123
5.3.2.8.5. Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.....	124
5.3.2.8.6. Responsabilização.....	125
5.3.2.8.6.1. Desconsideração da pessoa jurídica.....	125
5.3.2.8.6.2. Acordo de leniência.....	126
5.3.2.8.6.3. Responsabilização administrativa.....	127
5.3.2.8.6.3.1. Procedimento administrativo de responsabilização.....	128
5.3.2.8.6.3.2. Sanções aplicáveis.....	129
5.3.2.8.6.4. Responsabilização judicial.....	130
5.3.2.8.6.4.1. Procedimento judicial.....	130
5.3.2.8.6.4.2. Medida cautelar.....	131
5.3.2.8.6.4.3. Sanções aplicáveis.....	131
5.3.2.8.6.5. Aplicação isolada ou cumulativa das sanções.....	131
5.3.3. Improbidade administrativa e agente público inábil.....	132
5.3.4. Improbidade administrativa e ato danoso: o ato danoso como ato ímprobo.....	134
5.3.5. Improbidade administrativa e improbidade disciplinar na seara pública.....	135
5.3.5.1. O Poder Judiciário não pode punir os deslizes funcionais simples.....	135
5.3.6. Breves comentários sobre a Lei nº 8.429/92.....	137
5.3.6.1. Conflito aparente de normas.....	140
5.3.6.2. (In)constitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	142
5.3.6.2.1. Da (in)constitucionalidade material.....	143
5.3.6.2.2. Da (in)constitucionalidade formal.....	146

CAPÍTULO III

Mandato, cargo, emprego e função pública. Dos vínculos jurídicos de trabalho. Das investiduras dos agentes públicos.....	155
6. Vínculos jurídicos de trabalho.....	155
6.1. Mandato, cargo, emprego e função pública.....	155
6.2. Mandato.....	156
6.3. Cargo público.....	156
6.3.1. Cargo político.....	156
6.4. Emprego público.....	160
6.5. Função pública.....	161

7. Investidura dos agentes públicos	161
7.1. Investidura administrativa.....	161
7.2. Investidura política	162
7.3. Investidura originária.....	162
7.4. Investidura derivada	162
7.5. Investidura efetiva	162
7.6. Investidura em comissão.....	162
7.7. Investidura vitalícia.....	162
7.8. Investidura interina	163
8. Formação do vínculo jurídico	163
8.1. Eleição.....	163
8.2. Nomeação	164
8.3. Convocação	165
8.4. Designação	165
8.5. Contratação.....	166
8.6. Requisição e cessão	167

CAPÍTULO IV

Dos sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa.....	169
9. Considerações iniciais: autoria, coautoria e participação.....	169
10. Agentes públicos	170
10.1. Agentes administrativos	170
10.2. Categorias de agentes públicos.....	171
10.2.1. Agentes públicos permanentes.....	171
10.2.1.1. Servidor público	171
10.2.1.2. Servidor estatutário.....	171
10.2.1.3. Empregado público.....	172
10.2.2. Agentes públicos temporários.....	172
10.2.2.1. Servidor temporário	172
10.2.2.2. Agentes honoríficos	173
10.2.2.3. Agentes credenciados.....	174
10.2.3. Agentes delegados.....	174
10.2.3.1. Exercício de serviço público por meio de concessão, permissão ou convênio ...	175
10.2.4. Agentes políticos: dos sujeitos à responsabilidade especial: Chefe do Executivo, Ministros de Estado nos atos conexos e Ministros do Supremo Tribunal Federal, entre outros.....	178
10.2.4.1. Membros do Poder Legislativo	183
10.2.5. Responsabilidade do funcionário irregular ou funcionário de fato	183
10.3. Agentes públicos por equiparação ou ficção legal	186

11. Terceiro	186
11.1. Terceiro coautor do ato de improbidade administrativa	187
11.2. Participação material do terceiro: induzir ou concorrer	188
11.2.1. Induzir.....	188
11.2.2. Concorrer	189
11.3. Beneficiário do ato de improbidade	189
11.3.1. Benefício direto	190
11.3.2. Benefício indireto.....	191
12. Sujeito ativo próprio e impróprio.....	191

CAPÍTULO V

Dos sujeitos passivos do ato de improbidade administrativa	193
13. Pessoas jurídicas de direito público	193
13.1. Pessoas jurídicas de direito público interno	193
13.1.1. Administração Direta: União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	194
13.1.2. Administração Indireta: fundação, autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública e sociedade sob controle acionário do Estado.....	194
13.2. Pessoas jurídicas de direito público externo	197
14. Pessoas jurídicas de direito privado.....	198
14.1. Entidades que gerenciam dinheiro público: sociedades, associações e fundações, entre outras ..	198
14.2. Entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com o seu patrimônio ou com a sua receita anual	198
14.3. Entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público	201
14.4. Situação específica dos sindicatos	201
14.5. Situação específica dos partidos políticos	204
14.6. Empresa privada incorporada ao patrimônio público	205

CAPÍTULO VI

Dos princípios constitucionais da administração pública	207
15. Princípios e regras jurídicas: os princípios constitucionais	207
15.1. Princípios constitucionais da administração pública	208
15.1.1. Princípio da legalidade.....	208
15.1.2. Princípio da impessoalidade	209
15.1.3. Princípio da moralidade administrativa	210
15.1.3.1. Distinção entre imoralidade administrativa e improbidade administrativa	212
15.1.4. Princípio da eficiência	213
15.1.5. Princípio da publicidade	214
15.1.6. Impossibilidade de configuração de atos de improbidade administrativa por simples violação de princípios	215

CAPÍTULO VII

Dos atos de improbidade administrativa em espécie	221
16. Atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito.....	221
16.1. Conceito de enriquecimento ilícito.....	221
16.2. Distinção entre enriquecimento ilícito e enriquecimento sem causa.....	221
16.3. Requisitos gerais para configuração do tipo legal.....	223
16.3.1. Enriquecimento ilícito e funcionários de entidades privadas.....	230
16.3.2. Natureza do patrimônio objeto do aumento ilícito.....	231
16.4. Sujeito apenas investido e agente público afastado.....	232
16.5. Formas de implementação do enriquecimento ilícito.....	233
16.5.1. Recebimento de vantagem indevida por meio de comissão, percentagem, gratificação ou presente.....	233
16.5.2. Facilitação de negócio superfaturado.....	236
16.5.3. Facilitação de negócio subfaturado.....	238
16.5.4. Favorecimento pessoal por utilização de bens públicos ou por tráfico de influência....	239
16.5.5. Tolerar atividade ilícita.....	243
16.5.6. Emitir declaração falsa.....	247
16.5.7. Evolução patrimonial ilegal.....	249
16.5.8. Prestação ilegal de serviço externo.....	252
16.5.9. Intermediação ilegal em liberação e aplicação de verbas públicas.....	254
16.5.10. Omissão ilegal.....	256
16.5.11. Incorporação ilegal de patrimônio público.....	257
16.5.12. Utilização ilegal de patrimônio público.....	259
17. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário (LIA, art. 10).....	261
17.1. O que se entende por erário.....	265
17.2. O dano como requisito do ato ímprobo.....	267
17.3. Formas de implementação do prejuízo ao erário.....	268
17.3.1. Facilitação ou concorrência na incorporação de patrimônio público.....	268
17.3.2. Utilização ilegal de patrimônio público.....	269
17.3.3. Doação ilegal de patrimônio público.....	270
17.3.4. Alienação, locação de patrimônio público ou prestação de serviço público por preço inferior ao de mercado.....	272
17.3.5. Aquisição, permuta, locação ou contratação de serviço por preço superior ao de mercado	273
17.3.6. Operação financeira ilegal.....	274
17.3.7. Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal.....	277
17.3.8. Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo ou dispensá-los indevidamente.....	279
17.3.9. Ordenar ou permitir a realização de despesas ilegais.....	286
17.3.10. Agir negligentemente no trato da coisa pública.....	289
17.3.11. Liberação ilegal de verba pública e desvio de finalidade.....	291

17.3.12. Enriquecimento ilícito de terceiro	295
17.3.13. Utilização ilegal de patrimônio público	296
17.3.14. Gestão associada ilegal	297
17.3.15. Contrato de rateio sem prévia dotação orçamentária	301
17.3.16. Incorporação ilegal de patrimônio público mediante celebração de parcerias	303
17.3.17. Utilização ilegal de patrimônio público por particular por meio de termo de parceria.	304
17.3.18. Parcerias ilegais com entidades privadas.....	305
17.3.19. Negligenciar na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas.....	306
17.3.20. Liberação ilegal de recursos para a iniciativa privada	307
17.4. Dos Atos de Improbidade Administrativa Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário (LIA, art. 10-A).....	308
18. Atos de improbidade que apenas atentam contra os princípios da administração pública (LIA, art. 11) .	314
18.1. Formas de lesão a princípios	315
18.1.1. Ato administrativo ilegal	316
18.1.2. Prevaricação	317
18.1.3. Quebra de sigilo funcional.....	318
18.1.4. Negar publicidade aos atos oficiais.....	322
18.1.5. Frustrar a licitude de concurso público	325
18.1.6. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.....	327
18.1.7. Divulgação indevida de medida política ou econômica	330
18.1.8. Descumprimento de normas relativas, parcerias junto ao terceiro setor	332
18.1.9. Descumprimento de requisitos de acessibilidade	333
 CAPÍTULO VIII	
Das excludentes	337
19. Excludentes de ilicitude. Considerações iniciais	337
19.1. Estado de necessidade	337
19.2. Exercício regular do direito.....	338
19.3. Estrito cumprimento de um dever legal.....	338
20. Excludentes de culpabilidade. Considerações iniciais	339
20.1. Menoridade	339
20.2. Distúrbios mentais.....	339
20.3. Inexigibilidade de conduta diversa	340
20.3.1. Coação irresistível.....	340
20.3.2. Obediência hierárquica	340
20.4. Erro de fato e erro de direito	340
21. Excludentes da punibilidade. Considerações iniciais	341
21.1. Morte do agente	342
21.2. Anistia.....	342

21.3. Indulto e Graça.....	342
21.4. Prescrição e Decadência	342
21.5. Perdão Judicial.....	344

PARTE II: A AÇÃO

CAPÍTULO IX

Da Ação de Improbidade Administrativa.....	349
22. Ação de Improbidade Administrativa, Ação Popular e Ação Civil Pública: objetos distintos	349
22.1. O caráter repressivo-reparatório acessório: objeto da ação de improbidade administrativa .	352
23. Natureza da ação de improbidade administrativa	354
24. Procedimento especial obrigatório	357
24.1. Inaplicabilidade das Leis nº 7.347/85 e nº 8.078/90.....	360
24.1.1. A criação da ação de improbidade típica: a inadequação da dicotomia da ação.....	363
24.2. Extinção do rito ordinário e aplicação do procedimento comum.....	364

CAPÍTULO X

Do procedimento administrativo: A persecução do ilícito.....	367
25. Formas de investigação	367
25.1. Processo administrativo	367
25.1.1. Conceito.....	367
25.1.2. Autoridade competente	370
25.1.3. Legislação aplicável.....	371
25.1.4. Arquivamento	375
25.2. Inquérito policial	375
25.2.1. Conceito.....	375
25.2.2. Autoridade competente	381
25.2.3. Legislação aplicável.....	382
25.2.4. Arquivamento e desarquivamento ou reabertura.....	382
25.3. Inquérito civil	383
25.3.1. Conceito.....	383
25.3.2. Autoridade competente	386
25.3.3. Legislação aplicável.....	387
25.3.4. Arquivamento, desarquivamento ou reabertura.....	387
25.3.5. Recursos no inquérito civil	388
25.4. Comissão especial de investigação	390
25.5. Investigação particular	391
25.6. Compromisso extrajudicial e judicial: a transação, conciliação ou acordo na LIA	392

25.6.1. Transação, acordo ou conciliação na Lei Anticrime	396
25.7. Procedimentos de investigação e a presença do princípio do contraditório e da publicidade	397
25.7.1. Necessidade de confirmar as provas em juízo	399
26. Do poder-dever de requisitar investigação	399
26.1. A requisição pode ser indeferida?	402
26.2. Forma e conteúdo da requisição.....	403
26.3. Pode o juiz requisitar uma investigação?.....	403
27. Desnecessidade de procedimento administrativo prévio à ação de improbidade.....	403
28. Direito de representação	405
29. Algumas medidas de investigação	407
29.1. Escuta telefônica	407
29.2. Quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados	409
29.3. Acordos de colaboração (acordo de leniência e delação premiada).....	411
30. Coexistência dos procedimentos administrativos de investigação.....	411
31. Trancamento dos “procedimentos” administrativos.....	412

CAPÍTULO XI

Petição Inicial.....	413
32. Petição inicial.....	413
32.1. Breves considerações.....	413
32.2. Endereçamento: a competência.....	415
32.2.1. Competência em razão da matéria: atos de improbidade administrativa	416
32.2.2. Competência em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>).....	417
32.2.2.1. Foro por prerrogativa de função (<i>intuitu funcionae</i>).....	417
32.2.2.2. Competência por força de compreensão.....	421
32.2.2.3. Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho	425
32.2.2.4. O Ministério Público Federal e a Sociedade de Economia Mista	433
32.2.3. Da competência de foro	437
32.2.4. Da prevenção prevista na LIA.....	441
32.2.4.1. Prevenção e demandas afins	443
32.2.4.2. Distribuição por dependência	443
32.3. Interesse de agir.....	444
32.3.1. Prazo para a propositura da ação.....	446
32.4. Legitimidade ativa	446
32.4.1. Legitimado ordinário.....	447
32.4.1.1. Pessoa jurídica interessada.....	447
32.4.1.2. Litisconsórcio ativo.....	454
32.4.2. Legitimado extraordinário.....	456

32.4.2.1. Ministério Público.....	456
32.4.2.1.1. Princípio do promotor natural	464
32.4.2.1.2. Dos grupos especializados no combate à improbidade administrativa	465
32.4.3. Natureza da legitimação: concorrente e disjuntiva	466
32.5. Legitimidade passiva.....	467
32.5.1. O litisconsórcio passivo necessário	468
32.6. A causa de pedir: os fatos e fundamentos jurídicos	469
32.6.1. Fato jurídico, ato jurídico e suporte fático.	470
32.7. Pedido	472
32.7.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	474
32.7.2. Pedido certo e genérico na LIA.....	475
32.7.3. Tutela reparatória: o ressarcimento do dano	476
32.7.3.1. Tutela reparatória em pecúnia ou pelo equivalente monetário	478
32.7.3.2. Tutela reparatória na forma específica	478
32.7.3.2.1. Tutela reparatória na forma específica e onerosidade excessiva.....	479
32.7.4. Cumulação de pedidos	480
32.7.4.1. Tutela contra o ilícito.....	482
32.7.4.1.1. Tutela contra o ilícito de efeitos instantâneos.....	483
32.7.4.1.2. Pedido declaratório ou desconstitutivo.....	484
32.7.4.2. Tutela contra o ilícito e terceiros	487
32.7.4.3. Pedido condenatório em prol dos particulares lesados	487
32.8. Valor da causa.....	488
32.9. Antecipação de despesas	489

CAPÍTULO XII

Do Processo Judicial	493
33. Juízo prévio de admissibilidade.....	493
33.1. Possibilidade de sua inclusão por medida provisória.....	495
33.2. Notificação obrigatória: nulidade absoluta	498
33.2.1. Defesa prévia e ações de improbidade típicas e atípicas: a impropriedade da dicotomia... ..	506
33.2.2. Recursos repetitivos: ação de improbidade administrativa típica e defesa prévia.....	508
33.2.3. Forma e conteúdo da notificação.....	509
33.2.4. Contagem do prazo para apresentação da manifestação por escrito	512
33.3. Forma e conteúdo da manifestação por escrito.....	513
33.3.1. Inexistência de ato de improbidade administrativa ou improcedência da ação	514
33.3.2. Inadequação da via eleita	515
33.4. Desnecessidade de habilitação técnica para prestar informações preliminares.....	516
33.5. O dever de fundamentar o recebimento.....	518

33.6. O indeferimento liminar da petição inicial e a improcedência liminar do pedido.....	520
33.6.1. Indeferimento da petição inicial.....	522
33.6.2. Improcedência prima facie ou improcedência liminar do pedido	523
33.6.2.1. Intimação da sentença.....	526
33.6.3. Recurso da decisão liminar.....	526
33.6.3.1. Julgamento da causa pelo tribunal	529
34. Da citação e da intimação obrigatória (entidade lesada e MP).....	531
34.1. Audiência de conciliação ou de mediação	535
34.1.1. Características do ajuste.....	537
35. Intervenção de terceiros na LIA.....	538
35.1. Intervenção da pessoa jurídica interessada.....	539
35.1.1. Momento da intervenção e poderes.....	539
35.2. Intervenção do Ministério Público	542
35.2.1. Momento da intervenção e poderes.....	542
35.3. Intervenção do ' <i>amicus curiae</i> '.....	545
35.3.1. Momento da intervenção e poderes.....	549
36. Da defesa	550
36.1. Contestação	550
36.1.1. Forma, conteúdo e prazo.....	550
36.1.1.1. (In)competências absoluta e relativa	552
36.2. Ação incidental: Reconvenção ou ação declaratória.....	553
36.3. Exceções instrumentais	555
37. Julgamento antecipado ou instrução processual	555
37.1. Saneamento do processo	557
37.2. Das provas	559
37.2.1. Necessidade de a inicial vir acompanhada de fortes indícios.....	560
37.2.2. Ônus da prova.....	561
37.2.2.1. Novo CPC, ônus da prova e improbidade administrativa	564
37.2.3. Fato negativo	565
37.2.4. Fato negativo e princípio da presunção de constitucionalidade dos atos administrativos	567
37.2.5. Inversão do ônus da prova no direito punitivo	568
37.2.6. Confirmação em Juízo das provas colhidas em investigação: cerceamento de defesa.....	571
38. Litispendência, conexão e continência: a coexistência de ação civil pública, ação popular, ação de improbidade administrativa e ação individual.....	572
39. Revelia.....	575
39.1. Revelia e citação por edital ou hora certa	577
40. Suspensão do processo	579
40.1. Morte do ímprobo: adequação do pedido	580

40.2. Prejudicialidade e preliminariedade	584
40.2.1. Verificação de fato tipificado como crime	584
41. Sentença	586
41.1. Conteúdo da sentença: a impossibilidade de antecipação de tutela na sentença	587
41.2. Tipos de sentença	590
41.2.1. Sentença de procedência	590
41.2.1.1. Sentença condenatória	590
41.2.1.1.1. Sentença condenatória-sancionatória	591
41.2.1.1.2. Sentença condenatória-reparatória	591
41.2.1.1.3. Sentença condenatória-mandamental	591
41.2.1.2. Sentença declaratória/desconstitutiva	592
41.2.2. Sentença de improcedência	592
41.2.2.1. Sentença absolutória	592
41.3. Efeitos secundários da condenação	592
41.3.1. Hipoteca judiciária	593
41.3.2. Inelegibilidade	594
41.4. Coisa julgada: os seus limites	598
41.5. Fundamento da sentença	602
42. Do recurso da sentença e efeitos	605
42.1. Modificação da sentença	610
42.2. Embargos de Declaração, Apelação, Recurso Especial e Recurso Extraordinário	610
42.3. Reexame necessário	613
43. Litigância de má-fé	614
44. Sucumbência	616
45. Abandono e desistência da ação	618
46. Impossibilidade de ação rescisória 'pro societate'	621

CAPÍTULO XIII

Medidas excepcionais de defesa	623
47. Reclamação	623
48. Mandado de Segurança	624
48.1. Acordo de leniência	628

PARTE III: AS SANÇÕES

CAPÍTULO XIV

O prisma constitucional das sanções	631
49. A ordem social e jurídica: a sanção	631

50. As sanções decorrentes da conduta ímproba – individualização da pena: a dosimetria	634
50.1. O devido processo legal substancial.....	640
50.2. Multiplicidade de atos ímprobos.....	642
51. Limite temporal e a aplicação da LIA.....	645
52. Natureza jurídica das sanções	647
52.1. Prescritibilidade dos ilícitos civis	650
53. Princípio da demanda e da inércia da jurisdição: regras da correlação, adstrição ou congruência ...	651
54. Da transmissão das penas: o princípio da personificação da pena	658
55. A correta interpretação do inc. I do art. 21	664
56. O princípio da independência entre as responsabilidades.....	668
57. Possibilidade jurídica e aplicação das sanções	673
58. A culpabilidade do agente ímprobo	674

CAPÍTULO XV

Dos sujeitos às sanções.....	679
59. Agente público.....	679
59.1. Servidor público.....	680
59.2. Agentes políticos.....	680
60. Particulares.....	689
60.1. Pessoa física.....	690
60.2. Pessoa jurídica.....	691
60.2.1. Aplicação da Lei nº 12.846/13 e alteração promovida pela MP nº 703/15	695

CAPÍTULO XVI

Das sanções cautelares. Situações de urgência e evidência.....	697
61. Tutelas provisórias de urgência e evidência.....	697
61.1. Pretensão provisória na LIA: objetos	698
61.2. Processo e medida de urgência.....	698
61.2.1. Medida satisfativa, antecedente e incidente	698
61.3. Procedimentos da tutela provisória de urgência	699
61.3.1. Medida incidental	701
61.3.2. Medida preparatória ou antecedente	701
61.4. Competência	701
61.4.1. Competência no tribunal.....	701
61.4.2. Prevenção do Juízo	701
61.5. Duração da tutela cautelar antecedente	702
61.5.1. Perda da eficácia por decurso temporal: falta de ajuizamento da ação principal	702
61.5.2. Perda da eficácia por decurso temporal: falta de execução da medida deferida	702
61.5.3. Perda da eficácia por extinção do processo principal.....	703

61.5.4. Eficácia da medida cautelar e extinção.....	703
61.5.4.1. Impossibilidade de renovação de pretensão cautelar extinta por perda de eficácia com base no mesmo fundamento	703
61.5.4.2. Impossibilidade de renovação de pretensão cautelar em razão da extinção da medida cautelar por qualquer motivo	704
61.6. Extinção da medida cautelar	704
61.6.1. Processamento da extinção.....	704
62. Sanção de indisponibilidade de bens ou valores	704
62.1. Indisponibilidade de bens e valores como tutela da evidência e urgência.....	708
62.1.1. Fundamento da indisponibilidade de bens e valores como tutela da evidência	711
62.1.1.1. Fundados indícios de responsabilidade.....	712
62.1.1.2. Tutela da evidência punitiva.....	713
63. Inscrição da indisponibilidade no registro de imóveis	714
64. Do objeto e suas limitações.....	717
64.1. Morte do ímprobo: a herança e o bem de família legal	725
65. Hipóteses de indisponibilidade de bens e valores: requisitos gerais	727
65.1. O <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i> como requisitos da medida cautelar	728
65.1.1. A indisponibilidade de bens e valores, a tutela da evidência e o novo CPC.....	733
65.2. Indisponibilidade de bens, no caso de perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ...	735
65.3. Indisponibilidade de bens no caso de ressarcimento do dano.....	736
66. Indisponibilidade genérica é ilegal.....	737
67. Execução da medida e efeitos	738
68. O depositário na indisponibilidade de bens e valores	743
69. Medida cautelar no bojo do processo de conhecimento: a fungibilidade das medidas	746
70. A Indisponibilidade de bens e valores e outros créditos	747
71. Do sequestro previsto pela LIA.....	750
72. O instituto da caução e a indisponibilidade de bens e valores.....	753
73. Afastamento temporário da função pública	755
74. Concurso de credores: a insolvência civil	761
75. Coisa julgada e decisão cautelar: revogação e modificação.....	764
CAPÍTULO XVII	
Das sanções principais.....	767
76. Sanções principais	767
76.1. Colaboração premiada e Lei de Improbidade Administrativa	767
77. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.....	772
77.1. A perda de bens ou valores como instrumento de efetividade da sanção de ressarcimento ...	776
78. Ressarcimento integral do dano.....	777
78.1. Ressarcimento pelo equivalente monetário e na forma específica.....	786

78.2. O que significa demonstrar o dano	788
78.3. Da demonstração do dano na liquidação de sentença	789
78.4. Ação complementar de ressarcimento	792
78.5. O ressarcimento do dano e os agentes políticos	793
78.6. Ressarcimento do dano e decisão do Tribunal de Contas	794
78.7. O ressarcimento previsto na hipótese de lesão a princípios administrativos: o dano moral e a pessoa jurídica de direito público	802
79. Perda da função pública	807
80. Suspensão dos direitos políticos	828
81. Multa civil	836
82. Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios, ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	837
82.1. Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar, de Receber Benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios	846
83. Da declaração de invalidade do ato improbo	848
83.1. Elementos para declaração de invalidade	850
83.2. Da prescrição do pedido de invalidade	851

CAPÍTULO XVIII

Do cumprimento da sentença	853
84. Considerações gerais	853
85. Do cumprimento da sanção de perda de bens ou valores	855
86. Do cumprimento da sanção de ressarcimento do dano	856
87. Do mandado judicial de cancelamento ou transferência de domínio	860
88. Do cumprimento da sanção da proibição de contratar ou receber benefícios fiscais ou creditícios	863
89. Do cumprimento da sanção de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos	863
90. Do cumprimento da sanção de multa civil	868
90.1. Cobrança da pena de multa: juros e atualização monetária	868

CAPÍTULO XIX

Da prescrição e da eficácia do decisório	871
91. Da prescrição	871
91.1. Prescrição e vários demandados	879
91.2. Prescrição da pretensão executória	879
92. Prescrição e ressarcimento do dano: segurança jurídica x indisponibilidade do patrimônio público ..	880
93. O litisconsórcio passivo necessário: condição de eficácia da sanção	885
93.1. Necessidade de inclusão de agente público no pólo passivo	889

ANEXO LEGISLATIVO

Decreto-lei nº 3.240, de 8 de maio de 1941 – DOU de 31.12.41	893
Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.....	895
Lei n. 3.164, de 1 de junho de 1957	910
Lei n. 3.502, de 21 de dezembro de 1958	912
Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	916
Lei nº 7.106, de 28 de junho de 1986.....	922
Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	924
Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002	935
Convenção Interamericana Contra a Corrupção.....	936
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.....	946
Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.....	947
Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965	997
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.....	1005
Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	1010
Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.....	1024
Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.....	1025

ANEXO PRÁTICO

Petição inicial – Medida cautelar preparatória.....	1035
Petição inicial – Ministério Público	1037
Petição inicial – Entidade política (União, Estado, Distrito Federal ou Município)	1039
Petição inicial – Entidade privada.....	1040
Manifestação por escrito	1042
Decisão de recebimento da ação	1043
Contestação	1045
Sentença	1046
Fluxograma.....	1048

REFERÊNCIAS	1049
--------------------------	------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	1061
--	------